



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APARECIDA SUELAINÉ CARNEIRO

MULHERES E EDUCAÇÃO: GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADES

Sorocaba

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APARECIDA SUELAINÉ CARNEIRO

MULHERES E EDUCAÇÃO: GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Viviane Melo de Mendonça

Sorocaba

2015

Carneiro, Aparecida Suelaine.

C289m Mulheres e educação: gênero, raça e identidades. / Aparecida Suelaine
Carneiro. -- 2015.

183 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus*
Sorocaba, Sorocaba, 2015

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Waldemar Marques, Kelen Christina Leite

Bibliografia

1. Mulheres - Educação. 2. Identidade de gênero na educação. 3. Mulheres
– condições sociais. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São
Carlos.

CDD 371.822

A noite não adormece nos olhos das mulheres
Conceição Evaristo – *Em memória de Beatriz Nascimento*

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.

Dedico este trabalho às professoras da minha família

Solange, Priscila e Rosana –

mulheres que formam outras mulheres.

CAPÍTULO 2

IDENTIDADE, DIFERENÇA E IGUALDADE

O tema identidade aporta novas formas de interrogar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas também entre mulheres a partir de suas identidades políticas específicas, ou seja, como negras, lésbicas, jovens feministas, mulheres indígenas, transexuais, mulheres do campo, entre outras, questionando-se a noção de uma só identidade feminina ou de mulher unificada.

Identidade vista como uma construção a partir da diferença e da afirmação da diferença, sujeita a uma historicização e a processos de mudanças e transformações compreendidos como construção e escolha que os sujeitos fazem a partir de trajetórias de vida e de processo de individualização. Ela caracteriza uma pessoa ou um grupo como alguém ou algo singular, em decorrência de sua experiência de vida, do passado histórico e dos vínculos culturais.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000, p.109)

As identidades são constituídas em processos de identificação e de reivindicação de direitos no âmbito político, na busca por respeito à diversidade de seus sujeitos, não sendo fixas ou permanentes. Para Scott (2005), a tensão entre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades grupais desafia a democracia e nos desafia a encontrar resultados melhores nas relações entre os indivíduos.

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero. (SCOTT, 2005, p.18)

Scott compreende igualdade e diferença como conceitos interdependentes, que expressam tensões, que se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas atemporais.

Para Brah (2006), a diferença não representa necessariamente um marcador de opressão, podendo expressar também uma forma de fortalecimento pessoal ou de grupo.

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. (BRAH, 2006, p.374)

As diferenças – sexo, cor, sexualidade, regionalidade, condição física, etc – estão relacionadas com os sistemas de significados identitários nas quais elas ganham sentidos, sendo construções sociais, políticas e culturais. Mas as diferenças também estruturam relações de poder, justificando hierarquias e subalternidades, determinando quem está dentro e quem está fora, demarcando fronteiras, que são subvertidas a partir da constituição da identidade. Conforme Scott (2005), as identidades coletivas são

[...] formas inescapáveis de organização social, que elas são inevitavelmente politicizadas como um meio tanto de discriminação como de protesto contra a discriminação, e que elas são um meio através do qual e contra o qual as identidades individuais são articuladas. (SCOTT, 2005, p.20)

Neste sentido, a identidade é realizada através de processos, questionamentos e contestações realizados ao longo da vida, não sendo fixa ou permanente. As identidades não são unificadas, são cada vez mais fragmentadas e multiplamente construídas.

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade. As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. (BRAH, 2006, p.371)

As identidades de mulheres – negras, brancas, indígenas, do campo, jovens, etc- se relacionam também com as identidades sexuais – lésbicas, bissexuais, heterossexuais, travestis, transgêneros - desafiando o feminismo a refletir sobre quem são os sujeitos do feminismo, enquanto resultados de construções sociais e políticas. Esta nova realidade faz com que Maluf (2007, p.7) indague “[...] por meio de que exclusões se construiu o sujeito feminista e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a ‘integridade’ e a ‘unidade’ do ‘nós’ feminista [...]”.

Para Scott (2005), os grupos não significam o problema, assim como as divergências e tensões resultantes de suas atuações. Ela apresenta também algumas perguntas,

Se identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos. Faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais. Em quais circunstâncias a diferença entre os sexos importa para o tratamento das mulheres na política? Como é que a raça veio a justificar o trabalho forçado? Em quais contextos a etnicidade se torna uma forma primária de identidade? Como leis e outras estruturas institucionais produziram ou transformaram as fronteiras entre os grupos sociais? Quais têm sido as formas coletivas e individuais de resistência a identidade de grupo? (SCOTT, 2005, p.29)

Para a autora, somente a negociação política é que permitirá alcançar os princípios da justiça e da igualdade, sendo este também o lugar de negociação das identidades e dos termos de diferença entre elas, considerando como perigoso o retorno das concepções absolutizadoras e totalizadoras, pois nenhum grupo pode atualmente reivindicar um lugar de hegemonia no movimento e na interpretação do mundo.

2.1 - Interseccionalidades: gênero, sexualidade, classe e raça

Conforme afirmado anteriormente, a presença de feministas na produção do conhecimento científico e na constituição de programas de estudos sobre as mulheres no espaço acadêmico, contribuiu com a incorporação do tema em diferentes áreas, inaugurando um campo feminista do conhecimento. Esta nova configuração do feminismo propiciou nos anos 1980 o surgimento do conceito de gênero, que desnudou a construção ideológica dos papéis sociais, que atuam para a manutenção de uma relação de poder entre os sexos. Joan Scott, feminista e historiadora norte-americana, compreende gênero como “[...] um elemento

constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.86)

A formulação de Scott questionou os pressupostos contidos nas primeiras formulações do termo gênero, identificado como relativo às mulheres e às relações entre os sexos, ou a partir das concepções das teorias: patriarcado - a subordinação das mulheres se origina na necessidade masculina de dominar as mulheres, o que era possível por sua condição de reprodutora; marxista feminista - compreensão centrada na causalidade econômica e na possibilidade de mudanças entre os sexos com a mudança das relações de produção; psicanalítica - buscava explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito já a partir de criança, de forma a encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero a partir da influência da experiência concreta da relação com os pais ou parentes.

A partir de Scott, temos o conceito de gênero como uma categoria de análise capaz de ser articulada com os conceitos de classe e raça, possibilitando, assim, ampliar as análises sobre as desigualdades no acesso ao poder. Para Scott, gênero, como uma categoria de análise histórica, abre uma perspectiva analítica para explicar as continuidades no que diz respeito ao papel social da mulher de forma a modificá-la. Para a autora, as relações de poder se expressam primeiramente no plano da cultura, nas instituições normativas e na construção das subjetividades.

O conceito de gênero representou uma importante ferramenta teórica e teve enorme repercussão no movimento feminista. A compreensão da diferença entre homens e mulheres como culturalmente construída e desvinculada do sexo, fundamentou inicialmente as teorias feministas na desconstrução de perspectivas naturalizadoras que associaram o feminino com fragilidade e submissão. O conceito de gênero contribuiu com os debates que ocorriam naquele momento histórico, representando uma grande conquista para as lutas travadas no espaço acadêmico, ao inscrevê-lo como uma categoria teórica analítica, requisitando para este conceito o mesmo status acadêmico recebido por outras correntes de pensamento, como o marxismo e outras que analisam as questões políticas e as relações de poder.

Contudo, esta concepção de gênero enfrentou questionamentos a partir da divisão sexo/gênero, por formular uma ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído, sendo problematizado à luz das diversas formas de ser mulher e das diferenças entre elas. Emergem, então, no movimento os debates centrados nas diferenças, isto é, nas

desigualdades e desequilíbrios de poder entre as mulheres em geral, assim como o da autodefinição de ser mulher.

Para Cardoso (2012), a prevalência do conceito de gênero na teoria e no movimento feminista subalternizou outros marcadores sociais. Segundo a autora, feministas negras, latinas, mestiças, indígenas e lésbicas, desde os anos de 1970, criticam a ideia de uniformidade na forma de opressão para todas as mulheres, desconsiderando os impactos resultantes da classe social e da raça/etnia na vida de diferentes mulheres.

Portanto, questões que estiveram sufocadas no movimento feminista e que constituíam campos de disputa em seu interior, emergem, são politizadas e ganham visibilidade e aportes teóricos, obrigando as feministas a reformularem suas concepções e seus eixos prioritários de ação.

Sobre o longo período em que o feminismo ignorou e refutou as diferenças entre as mulheres, omitindo-se frente às demandas e denúncias sobre hierarquizações e discriminações dentro do movimento, Brah (2006) afirma que

Convém lembrar que, até recentemente, perspectivas feministas ocidentais, como um todo, deram pouca atenção aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade. Processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas, e na base de diferentes significantes de “diferença”. Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações. O racismo antinegro, o racismo antiirlandês, o racismo anti-semita, o racismo antiárabe, diferentes variedades de orientalismos: todos têm suas características distintivas. (BRAH, 2006, p.344)

Carneiro (2003) também abordou a invisibilidade da multiplicidade de mulheres que comportam o movimento feminista, afirmando que,

[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.228)

Desde os anos de 1970, as questões ligadas às especificidades e identidades se intensificaram no movimento feminista brasileiro. A questão racial e as especificidades das mulheres negras, como a identidade sexual e as especificidades das mulheres lésbicas, se acentuam no movimento feminista, como também as discussões sobre sexualidade, o direito ao exercício da sexualidade sem coerção, o determinismo biológico, os papéis sociais, o racismo e as discriminações, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais, as identidades.

Lésbicas feministas sempre denunciaram a pouca visibilidade para suas questões no movimento feminista e as hierarquias existentes entre gays e lésbicas no movimento homossexual, com desvantagens para as lésbicas, pois a centralidade deveria ser o combate à heteronormatividade da sociedade.

Para Louro (2003, p.45) “[...] com o acréscimo dos questionamentos trazidos pelas mulheres lésbicas, os debates tornaram-se ainda mais complexos, acentuando a diversidade de histórias, de experiências e de reivindicações das muitas (e diferentes) mulheres.”

No Brasil, o movimento de gays e lésbicas data da segunda metade dos anos 1970, marcado principalmente pela presença, visibilidade e pauta de homens gays, mas mulheres lésbicas, travestis e transexuais também ocuparam o movimento de forma mais orgânica e nele incluíram suas demandas. A centralidade do movimento sempre esteve voltada à defesa e garantia dos direitos relacionados à livre orientação sexual, articulada com programas e políticas públicas que garantissem sua realização. Assim como o movimento feminista e negro, o movimento LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (que surgiu como GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes), tem sua eclosão nas mesmas circunstâncias e reivindicações dos novos movimentos sociais, e sua trajetória marcada pelos contextos históricos brasileiros. Na metade dos anos 1980, o movimento sofre os preconceitos e repressões causadas pelo advento da AIDS, sendo que nos anos 1990 desponta novamente para a cena pública, influenciando outros movimentos, associações e organizações de direitos humanos a incorporarem o tema. A internacionalização da atuação do movimento brasileiro também esteve na agenda, integrando-se às redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas. (FACCHINI, 2003)

Pinaffi (2008) afirma que as primeiras menções ao machismo e à misoginia dos gays pelas lésbicas ocorreram em 1979. Em maio de 1980 surge o primeiro grupo de mulheres lésbicas, denominado Grupo Lésbico-Feminista. Como resposta às denúncias de machismo no

movimento gay, em 2008 há a alteração das siglas na Conferência Nacional, de GLBTT para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), como forma de contemplar as reivindicações das lésbicas.

a trajetória da militância entre gays e lésbicas está permeada por conflitos que duram quase três décadas. Analisar as redes de poder envoltas por certos traços de machismo e misoginia apresentados nos discursos viabiliza trazer novos olhares sobre as estruturas de poder que têm invisibilizado a lesbianidade. Além disso, previamente às reflexões acerca dos discursos gays e lésbicos em busca de emancipação social, política e cultural, é importante que se analise as redes discursivas produzidas entre estes atores sociais para assim poder melhor compreender os rumos do movimento. (PINAFFI, 2008, p.907)

Mesquita (2006) destaca como momento significativo do movimento de lésbicas o ano de 1996, quando foi realizado no Rio de Janeiro o I SENAILE – Seminário Nacional de Lésbicas, evento onde as especificidades das lésbicas puderam ser discutidas de forma ampla e democrática, em decorrência da insuficiência de discussões nos encontros mistos. O evento confrontou os estigmas sociais e a invisibilidade que marcavam o segmento, sendo um

“[...] instrumento para o fortalecimento político das mulheres que se relacionam com mulheres, sendo muitas delas, vítimas de violência psicológica, física e sexual em razão da intolerância social quanto à sua orientação e expressão sexual.” (MESQUITA, 2006, p.10)

Ainda como forma de reafirmar as especificidades das mulheres lésbicas, no ano de 2003, durante o 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi fundada a Liga Brasileira de Lésbicas-LBL, que se denomina como uma expressão do movimento social, anticapitalista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual, uma ação política que visibiliza a autonomia das mulheres lésbicas dentro do movimento feminista e que reafirma a liberdade de expressão sexual.

Portanto, as ações por reconhecimento de identidades e especificidades vão exigir que os conceitos utilizados pelo movimento feminista também sejam revisitados e reelaborados, de forma a responder aos anseios da diversidade de mulheres que o comporta. Piscitelli (2001) ao apresentar as transformações no pensamento feminista, aborda como várias autoras buscaram discutir gênero de forma a descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos, desconstruir a fixidez de gênero ancorado em bases biológicas, os múltiplos aspectos nos quais o poder opera de maneira “difusa” à ideia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre múltiplas diferenças e

desigualdades. Para Rago (1998) a ampliação das discussões demonstra a necessidade da quebra das concepções absolutizadoras e totalizadoras, pois,

não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas – feministas, terceiro mundista, homossexual, operária – pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo (RAGO, 1998, p.10)

Judith Butler (2003) aportará grandes contribuições para a compreensão da relação entre gênero e sexualidade, problematizando o binarismo e as práticas repetidas e condicionadas à priori que estão contidas nas categorias homem e mulher. Butler (2003) apresenta o gênero como performatividade, considerando que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p.25)

Utilizaremos as contribuições de Piscitelli (2008) para ampliarmos a compreensão do pensamento de Judith Butler,

A autora pensa gênero como o mecanismo segundo o qual se produzem e naturalizam noções do masculino e feminismo, mas também como o mecanismo mediante o qual esses termos são desconstruídos e desnaturalizados (Butler, 2002). A radicalidade de sua formulação consiste em que gênero para ela é relacional, não no sentido de tratar-se de relações entre homens e mulheres, ou entre masculino e feminino, mas porque pensa em gênero como um fazer, como uma atividade que é performada para alguém, mesmo que esse alguém seja inteiramente imaginário. Ela propõe afastar o gênero de ideias como a relação entre masculinidade e feminilidade, pois o binário masculino/feminino não esgotaria o campo semântico do gênero. (PISCITELLI, 2008, p.265-266)

Linda Nicholson (2000) é outra intelectual que busca articular o conceito de gênero com sexualidade, raça e classe também como forma de contemplar os ideais e necessidades de mulheres não brancas. A autora afirma que devemos pensar gênero a partir de uma complexa rede de características, com diferentes elementos dessa rede presentes em diferentes casos, pois

[...] nossas propostas sobre as “mulheres” não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver. (NICHOLSON, 2000, p.30)

Neste sentido é que a concepção de interseccionalidade se faz necessária na compreensão das diferenças e das identidades das mulheres. A interseccionalidade deve ser compreendida como uma categoria que remete à multiplicidade de diferenças que interagem na sociedade, às distintas formas de contextualizar as diferenças.

É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. (PISCITELLI, 2008, p.266)

Portanto, temos a emergência de novos debates dentro do movimento feminista, que ampliam as discussões e trazem as múltiplas opressões constitutivas das diferenças entre as mulheres, que exigiram um conceito de gênero articulado com eixos como raça, classe e sexualidade, bem como sobre a desconstrução de imaginários a respeito do papel, da forma e das diferenças entre as mulheres, que se encontram naturalizadas na sociedade e se tornam barreiras intransponíveis. É dentro deste debate que surge o conceito de interseccionalidade, que possibilita a abordagem das diferenças dentro da diferença. Trata-se da combinação de diversas formas de discriminação que afetam as vidas de determinadas pessoas e de exclusões em função de raça e gênero (CRENSHAW, 2004).

Sendo assim, gênero deve ser compreendido e relacionado com outras diferenças e vulnerabilidades, interpretado a partir dos diferentes efeitos produzidos por diversas atividades.

[...] a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições. (CRENSHAW, 2004, p.2)

Propõe-se assim, a interseccionalidade das categorias de raça e gênero, articulada à classe e demais eixos de subordinação e diferenciação presentes na sociedade, pois enquanto construções históricas produzidas e institucionalizadas, se interseccionam com outros marcadores sociais, produzindo desigualdades e exclusões. No caso brasileiro, raça e gênero merecem atenção, pois são marcadores sociais que se entrecruzam e se potencializam; dizem respeito à maioria da população, no caso as mulheres e os negros, grupos submetidos a desvantagens sistemáticas - as mulheres em relação aos homens e a população negra em relação aos brancos.

[...] quando nos referimos a gênero e raça não estamos falando de grupos específicos da população, ou de minorias, mas, sim, das amplas maiorias da sociedade brasileira. Isso não significa que a discriminação contra qualquer minoria possa ser justificada, mas que, no Brasil, esse problema claramente se refere à *maioria* da população. (ABRAMO, 2004, p.17)

Compreendendo a impossibilidade de realizar uma hierarquização nas formas de opressão, as identidades e as diferenças interagem na reprodução das desigualdades e hierarquizações sociais, estando a classe social e a raça imbricadas na configuração das hierarquizações.

Para Saffioti (2013), o capitalismo oculta a seleção das pessoas pelas marcas sociais, onde o nascimento, a cor e o sexo decidem os destinos de pessoas e camadas, desenvolvendo mecanismos de ocultação da seleção de modo que

[...] a própria sociedade acaba por elaborar e reelaborar de tal sorte os caracteres de ordem natural que ela própria seria incapaz de discernir onde terminam as razões que a natureza do organismo feminino impõe à permanência da mulher no lar e onde tem início os fundamentos sociais do alojamento de grandes contingentes femininos da estrutura de classes. (SAFFIOTI, 2013, p.511)

Para Guimarães (2002), as discriminações raciais no Brasil são também discriminações de classe, pois referem-se a apropriação desigual de recursos materiais e sociais.

[...] o conceito de classes sociais capitalistas nada mais é que um recurso analítico para referir-se a esse tipo de exploração, que, na prática social e no mundo real, aparece sempre misturado a hierarquias de gênero, de raça, etnia ou outra forma qualquer de construção de *outsiders* (Elias e Scotson, 1994). O problema teórico deve ser colocado como de exploração ou apropriação diferencial de recursos. Assim, tautologicamente e por definição, não se pode escapar do fato de que as desigualdades raciais no capitalismo sejam também desigualdades de classe (afinal trata-se de apropriação diferencial). Do mesmo modo, os preconceitos de cor ou de raça só têm sentido se resultarem em posições de classe, distinguindo brancos de negros, no caso específico de que estamos tratando. O fato de que tais preconceitos e desigualdades persistam no interior de uma mesma classe é o modo lógico mais claro de demonstrar a atuação de componente tipicamente "racial" na geração dessas desigualdades. Ou seja, a constante recriação de raças, gêneros e etnias continua sendo um dos meios mais eficientes de gerar exploração econômica e tal "tecnologia" longe de ser suplantada no capitalismo tardio, tem sido constantemente reatualizada. (GUIMARÃES, 2002, p.10)

Nossa compreensão de classe está ancorada em Thompson (1987), como um processo de formação nunca permanente, que se realiza no tempo, na história e na política. Ela se realiza a partir da vivência de homens e mulheres com as relações de produção e suas experiências nestas situações.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p.9-10)

Há uma diversidade de conexões entre os marcadores sociais de diferenciação que vão se engendrando, assim como a subordinação realizada pela classe, raça e gênero. Vivemos tempo de globalização¹¹, onde as diferenças e as desigualdades socioeconômicas são consideradas como resultado de mérito ou do fracasso individual. São diversas as marcações que se inter-relacionam na produção de identidades que configuram os sujeitos, que vão refletir nos caminhos a serem percorridos, no seu lugar na sociedade, na reivindicação por autonomia, resultando na construção de novas e outras identidades, que tornam complexas e múltiplas sua inserção/participação na sociedade.

Ao nos confrontarmos com as ações dos movimentos, e especificamente daqueles que atuam no combate ao racismo, ao sexismo e homofobia/lesbofobia, apesar de encontrarmos um discurso contra todas as formas de discriminação, suas ações estão centradas em um dos temas. No espaço acadêmico, estão concentrados em campos disciplinares distintos, demonstrando a dificuldade do diálogo e o desafio que representa a interseccionalidade como conceito analítico e prática política.

¹¹ Segundo Boaventura (2006), a fase atual do capitalismo global, conhecida como globalização neoliberal, exige novas formas de resistência e novas concepções de emancipação social. Vivemos um momento marcado por concepções hegemônicas que regem e estruturam a sociedade, a partir de conhecimentos hegemônicos, tanto filosófico como científico, produzidos no Ocidente nos últimos duzentos anos, que cobrem a consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo.